

TSE suspende julgamento sobre mandato de Moro

Sessão deve ser retomada na próxima semana no tribunal

Por Ana Paula Marques

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), suspendeu o julgamento que pode cassar o mandato do senador Sergio Moro (União Brasil-PR). Os ministros da Corte Eleitoral julgam recursos contra decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), que absolveu o senador e suplentes das acusações de abuso de poder econômico, caixa 2 e uso indevido dos meios de comunicação.

A sessão de quinta-feira (16) foi a primeira de análise do caso e foi suspensa logo após a leitura do relatório apresentado pelo ministro Floriano de Azevedo Marques. O presidente da Corte Eleitoral, ministro Alexandre de Moraes, anunciou que o tribunal vai dedicar toda a sessão da próxima terça (21) para ouvir as partes e concluir o julgamento. Ainda restam as sustentações orais da defesa e da acusação, como a do Ministério Público Eleitoral (MPE), que já emitiu parecer contrário à cassação do senador.

Os advogados de Moro defenderam a manutenção do mandato e negaram irregularidades na pré-campanha.

Recurso

O recurso foi apresentado pelo Partido Liberal (PL) e pela Federação Brasil da Esperança, formada pelo PT, PCDoB e PV. Na prática, a decisão do TRE-PR manteve o mandato de Moro como senador na acusação de que o senador teria praticado abuso de poder econômico, uso indevido dos meios de comunicação, compra de apoio político e captação ilícita de recursos durante a pré-campanha da eleição passada.

No final de 2021, Moro estava no Podemos e realizou atos de pré-candidatura à Presidência da República. Segun-



Lula Marques/ Agência Brasil

Tendência é TSE manter o mandato de Sergio Moro

do a acusação, ele teria usado a posição para obter “vantagem ilícita”, a partir do momento em que desistiu da candidatura ao Planalto e se candidatou ao cargo de senador. De acordo com os partidos que acusam Moro, ele teria obtido também “altos investimentos financeiros” realizados antes de deixar o Podemos e se candidatar ao Senado Federal pelo União Brasil, seu cargo e partido atual.

Por 5 votos a 2, o TRE-PR absolveu Moro. No julgamento, prevaleceu o entendimento do relator do caso, o desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, para rejeitar as acusações do PL e do PT contra o senador e ex-juiz da Operação Lava-Jato.

Somente os dois desembargadores escolhidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao cargo votaram pela cassação da cadeira do senador. O desembargador José Rodrigo Sade e Julio Jacob Junior, que votaram pela inelegibilidade do senador.

Os partidos que acusam Moro decidiram entrar com recurso assim que o TRE-PR de-

ciduiu a favor do senador. Agora, a decisão final fica nas mãos da Corte Superior. Se os ministros decidirem contra Moro, ele pode ser levado à inelegibilidade por oito anos e cassação de seu mandato. Além do senador, também são alvo das ações os dois suplentes da chapa — Luis Felipe Cunha e Ricardo Augusto Guerra.

Expectativas

Para a advogada e especialista em Direito Eleitoral Iasmin Gonçalves, a previsão é de que os ministros analisem o caso com cautela. “Assim como no TRE-PR, é necessária a maioria simples de votos para condenar ou absolver o senador. Porém, ainda não é possível prever o resultado. Ainda existe a possibilidade de algum ministro pedir vista, e assim adiar o caso”, disse.

Apesar disso, a expectativa é de que os ministros sigam a decisão do TRE-PR e mantenham o mandato de Moro, tanto por ter sido absolvido pelo tribunal regional, quanto pela representação do MPE. Além disso, o que se ventila é que, entre os ministros da corte eleitoral existe

o entendimento de que não há regras claras sobre o que é permitido gastar na pré-campanha.

Questões políticas

A política também pode recair em cima da decisão dos ministros, isso porque poderia alimentar um embate do Judiciário com o Legislativo, que vem acontecendo há algum tempo, mas, que agora parece ter tido as bandeiras brancas hasteadas.

Os dois poderes chegaram a travar “batalhas” sobre algumas decisões polêmicas que envolvem pautas conservadoras, como o caso do julgamento da descriminalização do porte maconha no Supremo Tribunal Federal (STF) e a PEC das Drogas que criminaliza o porte e posse de qualquer quantidade de entorpecentes, aprovada no Senado Federal e que agora segue para a análise da Câmara dos Deputados.

Outro assunto que também marcou um “embate” entre os poderes foi o marco temporal para as terras indígenas, defendida pelo Congresso Nacional, mas que a tese foi derrubada pela Suprema Corte.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Mulher do presidente resiste à cobrança de taxas

Janja trabalha contra imposto a produtos importados

Casada com o presidente Lula (PT), a socióloga Rosângela Lula da Silva, a Janja, comanda a resistência à aprovação, pela Câmara, de projeto que passa a taxar compras de até US\$ 50 (R\$ 255) feitas no exterior. No ano passado, ela conseguiu que Lula revogasse a taxação, que considerava impopular. A medida cobrança desses impostos é defendida por entidades como

as confederações da indústria, comércio e agricultura, que reclamam de concorrência desleal.

A nova versão da taxação foi incluída, a pedido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no projeto do governo que institui o Mover, programa de estímulo à eficiência energética em automóveis. O jabuti foi colocado na proposta por seu relator, Átila Lira (PP-PI).

PT resiste

Ao longo da semana, Lira tentou articular a aprovação do projeto, mas esbarrou na resistência do PT. Embora o partido não tenha votos para barrar a proposta, sua posição gerou um impasse: a oposição teme o ônus de encarcerar compras feitas pela população.

Popularidade

A maior parte dessas compras é feita em sites de origem chinesa, como Shopee e Shein. Janja tem alegado que o fim da isenção comprometeria ainda mais a popularidade de Lula na classe média baixa. O valor mensal das compras chega a superar R\$ 1 bilhão.

Lucas Nunes/FAB



Base será alternativa ao aeroporto de Porto Alegre

Check in de base de Canoas será em shopping

O ParkShopping de Canoas (RS) deverá servir como apoio para o uso da Base Aérea de Canoas como aeroporto comercial.

Pela proposta que está sendo negociada pelo comando da base, uma parte do shopping será usada como local de check in dos passageiros — eles irão de ônibus até o embarque. A base fica a 3,5

quilômetros do shopping.

A operação de voos comerciais na pista controlada pela Aeronáutica deverá começar a ocorrer já na próxima semana.

Canoas fica a 15 quilômetros da capital gaúcha. Não há previsão para a volta dos voos ao aeroporto internacional de Porto Alegre, que foi invadido pela água da chuva.

Desde janeiro

Petições enviadas ao Supremo Tribunal Federal indicam que a Procuradoria-Geral da República ignorava que, desde janeiro, réus condenados por participação em tentativa de golpe de Estado haviam se livrado de tornozeiras eletrônicas e fugido do país.

Petições

No fim da tarde de quarta, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou as petições para o ministro Alexandre de Moraes, relator dos processos relacionados ao 8 de Janeiro. Em alguns deles, cita as datas em que os condenados deixaram de usar as tornozeiras.

Uruguai

Num dos documentos, Gonet afirma que, de acordo com ofício recebido da Secretaria de Justiça e de Segurança de Minas, desde 12 de janeiro que Jupira Silvana da Cruz Rodrigues “permanece sem contato de localização e dados”. Ela teria fugido para o Uruguai.

Interpol

Em outros casos, Gonet atribui informações de falta de contato a varas de execuções de tribunais estaduais. A PGR não esclareceu quando foi informada das irregularidades. Gonet pediu a inclusão dos foragidos na lista vermelha da Interpol e decretação de suas prisões.

André Mendonça é eleito para o TSE na vaga de Moraes

José Cruz/Agência Brasil



Mendonça assumirá vaga no TSE em junho

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, foi eleito na quinta-feira (16) para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele assumirá a vaga de Alexandre de Moraes, hoje o presidente da Corte Eleitoral. O mandato de Moraes se encerra no dia 3 de junho. Ao ser anunciado, em sessão plenária do Supremo, Mendonça elogiou Moraes e afirmou que o colega conduziu o tribunal “com muita firmeza e competência”.

As eleições para a Corte Eleitoral obedecem a um rodízio entre os ministros. O anúncio, portanto, era esperado e uma formalidade. Ainda assim, Mendonça pediu a palavra para homenagear Moraes. “Ainda que não seja uma despedida, com o sucedo, não posso deixar de consignar expressamente meu respeito a Vossa Excelência, minha consideração e amizade”, disse.

Além disso, de modo específico, Mendonça comentou a condução do TSE por Moraes. “Deixo o meu registro da gestão exitosa de Vossa Excelência à frente do TSE, conduzindo o tribunal em tempos onde, por vezes, algumas turbulências, digamos assim, alguns questionamentos. E Vossa Excelência com muita firmeza e muita competência o fez à frente do Tribunal Eleitoral”, afirmou.

Moraes agradeceu as pala-

bras e brincou sobre a próxima presidência. “Agradeço e desejo muita felicidade a partir do mês que vem no TSE. Tenha certeza que vai se apaixonar no TSE. E terá a sorte que eu não tive de ser presidido pela ministra Cármen Lúcia”, disse.

Cármen Lúcia foi eleita no dia 7 de maio. Na mesma sessão, o ministro Kassio Nunes Marques foi eleito o vice-presidente do tribunal. Os dois estarão à frente do TSE nas eleições municipais deste ano. Esta será a segunda vez de Cármen como presidente da Corte. Ela também presidiu o tribunal entre 2012 e 2013.

Por fim, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, afirmou que fará os cumprimentos na troca de gestão. “No momento devido, farei a saudação devida à participação de Vossa Excelência, meritória e histórica, no TSE”, disse.

Moraes

Moraes assumiu o TSE às vésperas das eleições de 2022, quando ele se consolidou como personagem central para a política nacional. Sob a sua gestão, o tribunal aprovou resoluções para aumentar o rigor para combater às fake news, reforçou o papel de um órgão interno

para a atuação em plataformas sociais online.

O trabalho da assessoria também serviu para Moraes turbinar inquéritos do STF que apuram disseminação de fake news e suposta tentativa de golpe de Estado do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados.

Dos representantes do Supremo como titulares no TSE, com a troca de cadeiras em junho, a balança está mais favorável ao bolsonarismo, com dois indicados pelo ex-presidente Bolsonaro ao STF, Kassio e Mendonça.

Com informações de Ana Pompeu (Folhapress)